



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE DO VEREADOR DO LIVRE

Proposta
Cria o programa “Veredas de Lisboa”

Considerando que:

1. Um dos principais desafios ao planeamento e gestão municipal em todo mundo é a adoção de políticas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, em resposta aos mais diversos problemas e prejuízos de ordem social, económica e ambiental. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, em resolução aprovada em 2015, tem como um dos seus objetivos para o desenvolvimento sustentável “Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”, destacando-se, dentre as várias metas assumidas:

- Reduzir o impacto ambiental negativo nas cidades.
- Promover a urbanização sustentável e inclusiva.
- Reforçar a eficiência dos recursos e mitigação e adaptação às alterações climáticas.
- Fornecer acesso a espaços verdes e públicos seguros e inclusivos.

2. A cidade de Lisboa, em matéria de acordos internacionais, assumiu compromissos em relação ao combate às alterações climáticas, subscrevendo, dentre outros:

- O Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia
- O Acordo de Paris
- A Rede de Liderança Climática “C40 Cities”.

3. Em 2020 Lisboa foi distinguida com o galardão de Capital Verde Europeia e, atualmente, faz parte das “100 *climate-neutral and smart cities*”, missão conduzida pela Comissão Europeia que tem por objetivo fazer de 100 cidades *hubs* de experimentação e inovação de forma a colocar todas

--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE DO VEREADOR DO LIVRE

as cidades europeias em condições de serem climaticamente-neutras até 2050.

4. A Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC), lançada em 2017, tem por visão estratégica tornar Lisboa uma *"cidade resiliente às alterações climáticas"*, propondo, para tanto e dentre as várias vertentes de ação:

- Adotar políticas de ocupação do solo que privilegiem o potencial ecológico.
- Assumir uma gestão da infraestrutura verde adaptada aos novos cenários climáticos.
- Gerir ocupação do solo de forma a aumentar a ocupação por espaços naturalizados.

5. O Plano de Ação Climática 2030, documento elaborado pela Câmara Municipal de Lisboa em 2021, propõe que *"[...] as grandes prioridades de intervenção do município são sobretudo o reforço da infraestrutura verde como ferramenta fundamental para a adaptação climática [...]"*. Dentre as principais ações previstas no Plano, destacam-se:

- 25% da cidade contemplada com espaços verdes.
- Corredores verdes estruturantes à microescala do bairro.

6. Nas Grandes Opções do Plano 2023-2027 é assumido, como segundo principal pilar, *"Uma Cidade Sustentável"*, em que são previstas várias intervenções e a promessa de investimentos nas mesmas, tais como:

- *"Criar mais zonas verdes de proximidade, prioritariamente em zonas de carência, apostando em processos de codecisão ao nível do bairro que permitam a requalificação do espaço público com base em propostas e ideias da população local"*.
- *"Reforçar o arvoredo urbano em espaços públicos, praças, largos e arruamentos de Lisboa"*.

--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE DO VEREADOR DO LIVRE

- *“Continuar a promover a rede de parques urbanos de proximidade, nomeadamente com investimentos em: i) corredores verdes; ii) espaços verdes (...).”*

- *“Criar o Programa ‘Arrefecer a Cidade’, concretizando projetos de regulação microclimática e de transformação de praças urbanas em praças verdes e mais frescas e aumento da presença de arvoredo nos arruamentos, para atenuar o efeito de ilha de calor urbano”.*

7. Em todas edições do Orçamento Participativo de Lisboa as áreas temáticas sobre estrutura verde, adaptação e mitigação das alterações climáticas e de reabilitação urbana apresentaram um número significativo de propostas que resumem o sentimento e o desejo da população lisboeta em contar com mais espaços verdes, acessíveis, seguros requalificados/reabilitados, providos de mobilidade sustentável e que contribuam para a melhoria da qualidade de vida.

8. O projeto “Ruas Verdes +”, focado no restauro de ecossistemas urbanos, tem um horizonte de execução limitado até 2024, e a cidade, como um todo, pode e deve ter a oportunidade de procurar soluções baseadas na natureza para todas freguesias, principalmente para as mais carenciadas de infraestruturas verdes.

9. No dia 16 de Setembro de 2022 a Assembleia da República aprovou, por unanimidade, a instituição da data de 25 Maio como o Dia Nacional dos Jardins, em homenagem ao Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, por referência à sua data de nascimento.

10. Gonçalo Ribeiro Telles foi pioneiro na Arquitetura paisagista em Portugal, um dos responsáveis pelo lançamento da política de ambiente em Portugal e, relativamente à nossa cidade, idealizador dos corredores verdes.

--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE DO VEREADOR DO LIVRE

11. Uma “vereda” é um caminho, geralmente arborizado. É esta também a origem etimológica da palavra “vereador”, sendo os Vereadores aqueles que cuidam dos caminhos de uma cidade. Aqueles que cuidavam dos caminhos são hoje os que devem apontar caminhos, de futuro e de progresso, para a nossa cidade.

Considerando ainda:

12. De acordo com a Agência Europeia do Ambiente, em Lisboa há apenas 17% de cobertura arbórea e escassos 2% de espaços urbanos verdes em relação à superfície total do município. Tendo estes dados como referência, vale ainda citar, da mesma agência:

- O relatório *“Green Infrastructure and Flood Management - Promoting cost-efficient flood risk reduction via green infrastructure solutions”*, publicado em 2017, que demonstra como os espaços verdes urbanos, principalmente pela permeabilidade do solo e intervenções para retenção de água (“jardins de chuva”, etc.) contribuem significativamente para a redução dos riscos associados às enchentes.
- O relatório *“Healthy environment, healthy lives: how the environment influences health and well-being in Europe”*, de 2019, que descreve o papel que os espaços verdes urbanos, como parques, florestas urbanas, ruas arborizadas, etc., fornecem inúmeros benefícios às comunidades locais, nomeadamente:
 - Redução da mortalidade e morbilidade por doenças crónicas, melhorando a saúde mental, principalmente para as comunidades socialmente desfavorecidas.
 - Promoção de coesão da comunidade, reduzindo o isolamento social de grupos minoritários e idosos.

--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE DO VEREADOR DO LIVRE

- Incentivo a um desenvolvimento físico, emocional e cognitivo saudável nas crianças, garantindo benefícios de saúde para a sua vida futura.
- E, ainda, o relatório “*Urban sustainability in Europe Post-pandemic drivers of environmental transitions*”, lançado em 2022, no qual é apontado que a falta ou perda de espaços verdes é percebido atualmente como o terceiro maior desafio ambiental das cidades no contexto europeu.

13. Um estudo conduzido pelo *Barcelona Institute for Global Health* em 93 cidades europeias demonstra como as vagas de calor têm impacto significativo na saúde pública e como o plantio de mais árvores pode diminuir as temperaturas e ajudar a salvar vidas. De acordo com os investigadores responsáveis pelo estudo, aumentar o nível de cobertura arbórea da média europeia de 14,9% para 30% pode reduzir a temperatura nas cidades em 0,4°C, resultando num decréscimo de 39,5% das mortes relacionadas com o calor.

14. A Câmara Municipal de Lisboa, por meio do projeto “Cartografia da Vulnerabilidade Térmica - Mapeamento dos Efeitos das Ondas de Calor em Lisboa Face às Projeções Climáticas”, aponta que a cidade irá enfrentar um “*aumento significativo do número, duração e severidade de episódios de onda de calor, com correspondentes impactos, tais como aumento das necessidades de arrefecimento de Verão, ou os riscos para a saúde decorrentes da exposição ao calor extremo*”. Destaca, ainda, a importância dos espaços verdes como “*ilhas de frescura*”, que ajudam a arrefecer e dar maior conforto térmico na sua área de influência.

15. Outro estudo, conduzido pela Zephyrus – unidade de investigação em alterações climáticas e sistemas ambientais da Universidade de Lisboa, constata que quanto maior a densidade da vegetação, mais reduzida é a

--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE DO VEREADOR DO LIVRE

temperatura do ar e maior o potencial de arrefecimento que os espaços verdes, principalmente quando arborizados, representam para a cidade, contribuindo para a melhoria dos microclimas urbanos e a atenuação do efeito ilha de calor urbano.

16. Também um estudo de 2011 de investigadores do Instituto Superior de Agronomia e do Center for Urban Forest Research, USDA Forest Service, Pacific Southwest Research Station que, através do programa STRATUM (*Street Tree Resource Analysis Tool for Urban forest Managers*) avaliou os custos e benefícios das árvores em termos de saúde pública, melhoria da qualidade do ar, redução do consumo de energia, custos de manutenção na cidade de Lisboa e outros, concluiu que por cada €1 investido na gestão e manutenção de árvores, os residentes recebem €4,48 em poupanças de energia, ar puro, redução das inundações e cheias e redução dos níveis de CO₂.

Em face do exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

1. Criar o programa “Veredas de Lisboa”, para requalificação de vias públicas para que sejam mais verdes, abertas, polivalentes, seguras e acessíveis, tornando-as eixos locais de ligação com os corredores verdes, parques e jardins existentes na cidade, integrando-se à infraestrutura verde atual e ampliando-a, visando o aumento da qualidade ambiental e de vida da população.

2. Aprovar as diretrizes do programa “Veredas de Lisboa”, abaixo descritas:

2.1 Transformar vias públicas em espaços renaturalizados paisagisticamente por meio do aumento da cobertura vegetal e da densidade arbórea, cujo desenho privilegia a implantação e

--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE DO VEREADOR DO LIVRE

melhoria contínua da rede pedonal e ciclável, assim como do mobiliário urbano que crie um suporte físico para o usufruto destes espaços pela população local.

2.2 Tornar tais vias preferencialmente pedonais ou excecionalmente de condicionamento do trânsito rodoviário local, garantido deste modo que sejam zonas de coexistência seguras e de coerência e equilíbrio entre os diferentes usos e modos de deslocação no espaço público.

2.3 Implementar as veredas reunindo os recursos materiais e humanos necessários para promover, na via pública a ser requalificada, o arrefecimento microclimático, a redução da poluição atmosférica e sonora, a mitigação dos efeitos das enchentes e as atividades recreacionais e de educação ambiental.

2.4 Privilegiar, na escolha dos lugares a serem estabelecidas as veredas:

a) Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa.

b) entorno de creches, escolas e universidades.

c) lares e residências para idosos;

d) Mercados Municipais;

e) Equipamentos públicos de Saúde,

f) Eixos classificados no Plano Diretor Municipal com défice de arborização.

g) Áreas sujeitas a vulnerabilidade térmica e identificadas, de acordo com estudos da Câmara Municipal de Lisboa, como ilhas de calor urbano.

2.5 Envolver a população local na escolha destas “Veredas”, criando um processo participativo para sugestões e de acompanhamento pelas pessoas da evolução e implementação do programa.

--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE DO VEREADOR DO LIVRE

3. Celebrar o Dia Nacional dos Jardins, instituído a 25 de maio em homenagem a Gonçalo Ribeiro Telles, como o “Dia das Veredas de Lisboa”.

Lisboa, 3 de maio de 2023.

O Vereador

Rui Tavares

--	--	--